REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE RIO DO OESTE
GABRIELLE PORTUGAL STADNIK GAERTNER
REGISTRADORA
CPF: 835.645.869-20
Rua Sete de Setembro, nº 1.300, salas 01 e 02, Centro
Rio do Oeste - Santa Catarina
Fone (47) 3543-0914 e-mail: registroriodooeste@gmail.com

CHECK LIST PARA INVENTÁRIO JUDICIAL

Nota de Entrega _____ Protocolo _____

Conferido por _____ em ____/____/____.

ATENÇÃO: APÓS A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PODERÃO SER EXIGIDOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES EM RAZÃO DAS PECULIARIDADES DE CADA TÍTULO.

- Verificar se o imóvel está matriculado ainda no Registro de Imóveis de Rio do Sul, se estiver, solicitar certidão inteiro teor, ônus e ações;
- ✓ *Documentos do processo em via original ou cópia autenticada pelo Chefe de Cartório ou, ainda, tratando-se de processo eletrônico, cópia contendo o código para conferência da assinatura digital (art. 221, IV da Lei 6.015/1973 e art. 278, § 3º do Código de Normas CGJ/SC), contendo:*
  - Mandado de Registro e Averbação de Sentença, Formal de Partilha ou Carta de Adjudicação.
  - Petição inicial (art. 843-H, I do Código de Normas CGJ/SC).
  - Plano de Partilha (do Código de Normas CGJ/SC).
  - Decisão Judicial que tenha concedido o benefício da assistência judiciária gratuita/justiça gratuita (art. 843-H, II do Código de Normas CGJ/SC e art. 98, §1º, IX do CPC/2015).
  - Termo de Renúncia ou de Cessão de Direitos Hereditários, se houver (art. 843-H, V do Código de Normas CGJ/SC).
  - Sentença homologatória da partilha (art. 843-H, X do Código de Normas CGJ/SC).
  - Certidão de Trânsito em Julgado, caso a informação conste no formal de partilha, desnecessária a apresentação da Certidão (art. 843- H, XI do Código de Normas CGJ/SC).
- Dief – ITCMD e DARE quitado ou com a primeira parcela do parcelamento pago (conferir no site: https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.net/tax.net.itcmd.v2/Itcmd_ConsultaSituacao.aspx), de conformidade com art. art. 12, da Lei Estadual 13.136/2004.
- Verificar se o valor declarado dos bens no processo é o mesmo que está na declaração de ITCMD.
- Verificar se o valor constante do processo e do ITCMD condiz com o valor real do imóvel (pode ser verificado através de transações anteriores feitas na matrícula, transações atuais em imóveis próximos ou do mesmo empreendimento, imobiliárias, etc.), caso negativo, seguir o procedimento do

art. 502 do Código de Normas CGJ/SC. Caso haja impugnação, observar os artigos seguintes do Código de Normas CGJ/SC, bem como, a cobrança da FRJ.

- o Se não houver atualização ou impugnação dos valores, deverá ser apresentado o Relatório de Custas Processuais (GRJ), contendo a cotação do FRJ e o seu comprovante de pagamento, para o caso de não ter havido concessão da justiça gratuita (art. 500, parágrafo único, do Código de Normas CGJ/SC). Caso não seja apresentado e não seja beneficiário da justiça gratuita, deverá ser quitada FRJ integral.
- o Verificar se a qualificação das partes está completa nas peças processuais, caso não esteja, o interessado deverá juntar cópia de documento de identificação pessoal, do número de inscrição no CPF, e demais dados de qualificação (arts. 476 e 478, do Código de Normas CGJ/SC), caso seja necessário, fazer averbação com a atualização dos dados (se estiverem incompletos ou incorretos na matrícula).
- o Verificar se os dados do imóvel conferem com os dados da matrícula, bem como, se constam os dados obrigatórios como medidas e confrontações, localização do imóvel, inscrição imobiliária, etc. (art. 176, II, 3, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.015/1973), caso seja necessário, solicitar certidões emitidas pelo Município para averbação ou efetuar averbação com relação a obrigatoriedade da retificação de área.
- o Caso conste no título a existência de construções sobre o imóvel que não estejam averbadas na matrícula, deverá ser previamente averbada (art. 692-A do Código de Normas CGJ/SC).
- o Caso o imóvel for rural, deverá ser apresentado CCIR, ITR (art. 176, §1º, 3, alínea “a” da Lei 6.015/1973) e Recibo de Inscrição do Cadastro Ambiental Rural (art. 685, XII do Código de Normas CGJ/SC).

Emolumentos

- Registro com valor (redução de 2/3 somente se houver unidade autônoma e vaga de garagem, box ou depósito – art. 66, da Lei 755/2019).
- Na escritura de inventário em que houver meação, cobra emolumentos somente sobre os 50% que não fazem parte da meação (verificar art. 68, da Lei 755/2019).
- Averbações, se houver.
- FRJ cobrar se houver declaração/impugnação de valor – verificar se é complementar ou integral.

Observações: